

**A CONTINUIDADE INDIVISA DA EXPERIÊNCIA: O PAPEL DA
INTUIÇÃO NAS FILOSOFIAS DE HUSSERL E BERGSON**

[THE UNDIVIDED CONTINUITY OF EXPERIENCE: THE ROLE OF INTUITION IN
THE PHILOSOPHIES OF HUSSERL AND BERGSON]

Luciane Luisa Lindenmeyer

lucianelindenmeyer@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6386-9171>

Doutora em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, com bolsa CAPES / Proex. Especialista em Ensino de filosofia pela UFPEL. Professora Substituta no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

DOI: [10.25244/1984-5561.2025.7475](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2025.7475)

Recebido em: 7 de setembro de 2025. Aprovado em: 21 de novembro de 2025

Caicó, ano 18, n. 2, 2025, p. 115-130
ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/1984-5561.2025.7475](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2025.7475)
Dossiê Edmund Husserl



A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

Resumo: Este artigo analisa o conceito de intuição, com base nos pressupostos de dois autores contemporâneos, Husserl e Bergson. Este conceito foi elementar para as filosofias de ambos, como parte da sua recepção crítica e comum da filosofia transcendental de Kant, na qual a intuição foi um componente incontornável. Apesar de suas abordagens apresentarem especificidades, o uso metodológico do conceito de intuição é semelhante em algumas de suas nuances teóricas. São duas as principais correspondências: a primeira é a de que Husserl e Bergson caracterizaram, respectivamente, a intuição como o elemento cognitivo que permite a apreensão das “coisas mesmas” e do “absoluto”, por meio de adaptações da teoria da intuição kantiana. A segunda diz respeito aos modos como cada um operou a crítica ao empirismo, por meio do aprofundamento do problema da temporalidade, compreendendo a intuição como um “objeto temporal”, indissociável da noção de duração. O papel metodológico da intuição é, em ambos, o de viabilizar a “continuidade indivisa” das experiências. No entanto, há dissonâncias entre eles, no que se refere ao vínculo da intuição com a percepção.

Palavras-chave: Husserl. Bergson. Intuição. Fenomenologia. Espiritualismo.

Abstract: This article analyzes the concept of intuition based on the work of two contemporary authors: Husserl and Bergson. Both authors considered this concept fundamental to their philosophies, as part of their shared critical reception of Kant's transcendental philosophy, in which intuition was an essential component. While their approaches have specific differences, their methodological use of the concept of intuition and some of its theoretical nuances are similar. The first correspondence is that, respectively, Husserl and Bergson characterized intuition as the cognitive element that allows apprehension of "things themselves" and the "absolute" through adaptations of Kantian intuition theory. The second is that they both critiqued empiricism by deepening the problem of temporality and understanding intuition as a "temporal object" inseparable from the notion of duration. In both authors, the methodological role of intuition is to enable "undivided continuity" of experiences. However, they disagree on the link between intuition and perception.

Keywords: Husserl. Bergson. Intuition. Phenomenology. Spiritualism.

INTRODUÇÃO

É sabido que o conceito de intuição foi significativo para a fenomenologia de Husserl e para o espiritualismo de Bergson. Apesar de ambos não terem sido “interlocutores em vida” (TOURINHO, 2016, p. 157), algumas de suas proposições filosóficas são semelhantes. Os pontos comuns dizem respeito a aspectos contextuais gerais, que podem ser reflexos das mesmas influências teóricas, como as suas evidentes motivações kantianas; e por terem vivido no mesmo período histórico da virada do século XIX para o XX. Mesmo que estivessem produzindo os seus trabalhos em países distintos, Alemanha e França, Husserl e Bergson viveram a crise “europeia” de legitimidade “metodológica” da filosofia diante da rápida ascensão das ciências naturais e de seus métodos adjacentes. Ambos aderiram à posição crítica de subserviência da filosofia aos métodos científicos e à chamada “naturalização da consciência”. As críticas de ambos às tentativas de unificar os métodos da filosofia e das ciências apontavam para consequências problemáticas um tanto diversas de se reduzir a consciência a aspectos puramente fisiológicos. (TORINHO, 2016, p. 160).

Husserl e Bergson receberam e ampliaram criticamente algumas nuances da filosofia transcendental kantiana, na qual a noção filosófica de intuição adquiriu relevância metodológica como parte da sua teoria da percepção. Em Kant (2015), a intuição é a capacidade cognitiva que não apenas viabiliza a experiência dos objetos, mas que também determina intelectivamente o seu conhecimento. Portanto, a intuição é transcendentalmente integrada à “estrutura do sujeito”, a partir da qual a percepção do mundo, como experiência de conhecimento, torna-se possível. A intuição kantiana é atribuída especialmente ao nível dos juízos sintéticos *a posteriori*, relacionados ao problema do espaço e do tempo. O seu delineamento conceitual realçou o nível do sensível e do “fenomênico”, sem o momento intelectual da apreensão de seus aspectos absolutos. O postulado de Kant (2017, p. 78) é o de que “nada do que é intuído no espaço é uma coisa em si”.

Husserl e Bergson formularam reações à filosofia kantiana consonantes em muitas de suas perspectivas conceituais. As suas definições particulares da noção de intuição devem ser assimiladas com base nas suas críticas à epistemologia de seu nomeado antecessor moderno. A fenomenologia husserliana foi, especialmente em sua fase final, fundamentada pelo pressuposto da conciliação entre imediatez e apodicticidade, que viabilizaria a subsequente fundamentação “progressiva” do conhecimento. A apodicticidade proposta por Husserl (2013, p. 4) não é a “experiência continuada do mundo”, entendida como o inquestionável da vida cotidiana. A tarefa inicial da fenomenologia é a de colocar em perspectiva crítica o pressuposto empirista da “validade ingênua” do ser do mundo. (2013, p. 5). E isso só pode ser plenamente realizado por meio da adequada análise da constituição intencional e intuitiva das experiências.

Ao seu modo, Bergson propôs uma crítica ao empirismo de Kant. O método intuitivo implícito no seu espiritualismo foi pensado de modo a reabilitar “a possibilidade do conhecimento absoluto”. (LAWLOR, 2022). A sua filosofia é também uma tentativa de aprimorar o empirismo, entendido como a análise da experiência dos “dados imediatos da consciência”. Nesse contexto, a intuição é também um tipo de experiência que faz referência aos “dados originários”, mas que amplia temporalmente a percepção e reabilita o “ser em si” dos objetos. Um aspecto diferencial significativo entre Husserl e Bergson é o de que apenas para o primeiro a intuição pode ser convertida em um tipo de percepção, pois que para Bergson, a intuição é apenas memória (LAWLOR, 2022).

Para levar a cabo a análise comparativa delimitada, inicialmente, reconstituo a progressão do uso fenomenológico do conceito de intuição, de seus aspectos categóricos aos seus contornos eidéticos, a fim de indicar o que Husserl compreendeu como a integralidade intuitiva da “vida cognoscitiva”. Em seguida, explico o uso bergsoniano do conceito de intuição, indicando como este termo é implícito na análise bergsoniana das diferenças de intensidade das sensações e nas dinâmicas experienciais do que podemos compreender como o “absoluto”. Apesar de algumas dissonâncias de abordagem, ambos os autores mencionados associam a noção de intuição à uma dinâmica que Bergson (1999, p. 214) nomeou de “continuidade indivisa” da experiência, que tem equivalência com a análise husserliana da teleologia da consciência.

1 HUSSERL E A INTEGRALIDADE INTUITIVA DA “VIDA COGNOSCITIVA”: DA EVIDENCIAÇÃO APODÍTICA À TELEOLOGIA DA CONSCIÊNCIA

O conceito de intuição integrou os diferentes percursos teóricos do pensamento de Husserl. Encontramos análises detidas deste conceito, desde os *Prolegômenos* até o período das *Meditações*. Em *Prolegômenos*, Husserl (2014, § 24, p. 57), ao tematizar as “consequências empiristas do psicologismo” na instituição de uma lógica pura, definiu as “intuições concretas”, um tipo específico de percepção¹, como o fundamento das experiências “particulares”. Nesse período, Husserl já chamava a atenção para um dos preceitos mais fundamentais de sua fenomenologia: a importância de não se “confundir” as experiências particulares com as leis lógicas. As intuições concretas, apesar de serem experiencialmente “fundadoras”, seriam insuficientes para a articulação fenomenológica do conhecimento por serem indutivas e condicionadas aos limites da experiência. Seria preciso fazer uso de um tipo mais amplo de intelecção, tendo sempre em vista que o “conteúdo da intelecção não é consequência do particular”.

Em síntese, leis lógicas não implicam a generalização indutiva de particulares. O tipo de intelecção pressuposto para a análise fenomenológica da apodicidade², entendida como idealidade, é uma “representação conceitual” que abarca as diferentes espécies, com base nas suas qualidades e identidades. Podemos compreender que a apodicidade é realizável em nível fenomenológico ou “imanente”. A imanência aí pressuposta não é equivalente a uma realidade efetiva “na” consciência, mas deve ser indagada sob a sua indissociabilidade com a transcendência, que pode ser expressa na questão: “como pode o conhecimento (absolutamente dado em si mesmo) atingir algo que não se dá em si absolutamente?” (HUSSERL, 2000, p. 24). Com isso,

¹ No período de sua conhecida “virada transcendental”, em *Ideias I*, Husserl (2006, § 1, p. 33) definiu a percepção como a “intuição doadora”, ou seja, “A intuição *doadora* na primeira esfera ‘natural’ de conhecimento e de todas as suas ciências é a experiência natural, e a experiência originariamente *doadora* é a *percepção*, a palavra entendida em seu sentido habitual”.

² Podemos considerar que o significado husserliano de apodicidade diz respeito a uma “autoevidência” associável ao “ego absoluto”, como definido por Husserl (2013, p. 26) nas *Meditações cartesianas*, ou como o “todo temporal-imanente”, como anteriormente caracterizado em *Ideias I* (HUSSERL, 2006, p. 363).

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

A capacidade de ‘por intuição’ captar ideativamente no particular o universal, o conceito na representação empírica, e de nos assegurarmos da intenção conceptual no representar repetido da identidade, é a pressuposição para a possibilidade do conhecimento (HUSSERL, 2014, § 29, p. 75).

Na fenomenologia husserliana, a intuição é a capacidade intelectual que acompanha todo o desenvolvimento intencional dos vividos de consciência, da percepção dos dados “fáticos” às apreensões de suas correspondentes idealidades. A intuição é o recurso fenomenológico para a adequada análise do que Husserl (2000, p. 21) chamou de “conhecimento atinente às próprias coisas”. A dinâmica intencional das experiências fenomenológicas acompanha a evidenciação dos juízos, de maneira que os juízos são fundados na intuição, mas há sempre aspectos que excedem os dados imediatos, ou seja, aspectos que os “ultrapassam intencionalmente” (HUSSERL, § 36, 2014, p. 91). Por meio da intuição intelectual podemos experienciar o “universal”, como unidade ideal, no “particular empírico” (HUSSERL, § 39, 2014, p. 96). É nesse sentido que a teoria husserliana da intencionalidade³ pode ser entendida como fundada pelo postulado de que as experiências de consciência são estruturadas por meio de uma continuidade indivisa.

Na Sexta das *Investigações Lógicas*, ao tematizar a sua teoria da significação, Husserl aprofundou a análise da intuição por meio de dois significados técnicos, a intuição simples e a intuição categorial. Enquanto a intuição simples implica um tipo de percepção empírica dos objetos particulares, a intuição categorial é a intelecção das essências “objetivas” ou a presentificação por ideação. Com esses pressupostos, a teoria “semântica” husserliana foi elaborada como a problemática da relação entre “pensamento” e “conceito”. Portanto, intuição e significação são concepções correlatas no que Husserl (1975, p. 15) definiu como “elucidação do conhecimento”. A justificativa epistemológica para uma ampliação fenomenológica do conceito de intuição, que abarque a completude da dinâmica intencional da consciência, é a de que

[...] a **mera** sensibilidade nunca pode dar preenchimento às intenções categoriais, ou mais exatamente, às intenções que encerram em si formas categoriais. Isso nos leva a uma **ampliação absolutamente indispensável dos conceitos originariamente sensíveis** de intuição e de percepção que nos permitirá falar em **intuição categorial** e, especialmente, em **intuição geral** (HUSSERL, 1975, p. 16, grifo do autor).

A análise fenomenológica dos diferentes graus intuitivos de apreensão intencional é a renovação crítica da teoria kantiana do conhecimento caracterizada pela distinção entre sensibilidade e entendimento. Para Kant, o conhecimento depende de aspectos representacionais atribuídos à intuição, apesar de a intuição por si só não corresponder ao nível do conhecimento. Os objetos experienciados seriam intelectivamente “determinados” pela nossa intuição e entendimento e não o contrário. Essa determinação intelectual seria equivalente a uma dinâmica *a*

³ A noção de intencionalidade foi decisiva para a defesa da posição antinaturalista de Husserl e da sua consequente definição de “consciência fenomenológica”. Husserl (2013, p. 71) caracterizou a intencionalidade como a “[...] propriedade universal e fundamental da consciência de ser consciência *de* qualquer coisa, de transportar em si, enquanto *cogito*, o seu próprio *cogitatum*”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

priori de conceitualização que pressupõe a subjetividade e a razão como aspectos epistêmicos incontornáveis, ou seja,

Se a intuição tivesse de regular-se pela constituição dos objetos, eu não vejo como se poderia saber algo sobre ela *a priori*; se, no entanto, o objeto (*Gegenstand*) (como objeto (*Object*) dos sentidos) regular-se pela constituição de nossa faculdade intuitiva, então eu posso perfeitamente me representar essa possibilidade. Uma vez, porém, que não posso permanecer nessas intuições caso elas devam tornar-se conhecimentos, mas tenho antes de referi-las, enquanto representações, a um algo como objeto, e determinar a este por meio daquelas, então eu posso ou assumir que os conceitos com que realizo esta determinação se regulam também pelo objeto (KANT, 2015, p. 30).

Husserl manteve, ao seu modo, a proposição de uma subjetividade transcendental que viabilizaria o conhecimento por meio da articulação fenomenológica dos diferentes níveis intuitivos de apreensão dos fenômenos. A mencionada ampliação do sentido da noção fenomenológica de intuição foi mantida como um componente husserliano mesmo após a efetivação da chamada “virada transcendental”. Já no primeiro capítulo de *Ideias I*, na qual Husserl aprofundou a temática da fenomenologia como ciência eidética, na caracterização do tipo de experiência que sustenta o “conhecimento natural”, podemos encontrar a imediata associação entre intuição e percepção, ou seja, a percepção é um tipo de intuição.

A intuição *doadora* na primeira esfera “natural” de conhecimento e de todas as suas ciências é a experiência natural, e a experiência originariamente *doadora* é a *percepção*, a palavra entendida em seu sentido habitual. Ter um real originariamente dado, “adverti-lo” ou “percebê-lo” em intuição pura e simples é a mesma coisa (HUSSERL, § 1, 2006, p. 33, grifo do autor).

Isso significa que a intuição é a capacidade “intelectiva” intrínseca a toda a dinâmica intencional dos vividos de consciência, das experiências originárias dos dados perceptivos até a apreensão intuitiva das “essências”. A intuição categorial, e posteriormente definida como “eidética”, é o elemento cognitivo que possibilita a apreensão simultânea ou a síntese dos níveis material e formal. (STEIN, 2017, p. 104). A superação fenomenológica das posições empiristas clássicas perpassa essa problemática da simultaneidade “intuitiva”, com a qual “No ver das coisas não apenas aparece a intuição sensível singular, mas, ao mesmo tempo, a intuição categorial. Vê-se o elemento universal”. (STEIN, 2017, p. 108). Em nível transcendental, a intuição compõe os vividos de consciência do “fato à essência”. Uma vez que os objetos sejam experienciados em “carne e osso”,

[...] a intuição de essência é consciência de algo, de um “objeto”, de um algo para o qual o olhar se dirige, e que nela é “dado” como sendo “ele mesmo”; mas também é consciência daquilo que então pode ser “representado” em

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

outros atos, pode ser pensado de maneira vaga ou distinta, pode tornar-se sujeito de predicções verdadeiras ou falsas - justamente como todo e qualquer “objeto” no sentido necessariamente amplo da lógica formal. (HUSSERL, 2006, § 3, p. 37).

Mesmo com a descentralização da problemática da referência e da análise fenomenológica da constituição dos objetos lógicos, a intuição manteve-se como conceito relevante para o que Husserl (2013, § 17, p. 79) caracterizou como a tarefa da “descrição concreta da consciência”. Tarefa esta que foi levada a cabo, de modo mais definitivo, na *Hua I* e que aprofundou a temática da síntese noético-noemática⁴ pressuposta na problemática da intencionalidade, entendida como a definição da consciência fenomenológica, “na qual todo e qualquer sentido de ser deve estar”. (HUSSERL, 2013, p. 23).

Assim como o conceito de intencionalidade, a noção fenomenológica de intuição acompanhou o percurso husserliano desde o período da análise do que é dado imediatamente “no campo do *ego cogito*” até a tematização do mundo da vida (*Lebenswelt*) como o “mundo circundante intuível”. (HUSSERL, 2012, p. 18). Essa linha evolutiva da intuição, evidencia o seu papel elementar na articulação do que Husserl (2013, p. 9) definiu como a “fundamentação gnosiológica do conhecimento objetivo”, em seu sentido transcendental.

A progressão intuitiva, que é intrínseca aos diferentes estratos da consciência intencional, é entendida como adequação da consciência à realidade dos objetos que ela apreende, ou seja, “Em sua reformulação crítica da coisa em si kantiana, Husserl a concebe como o ideal da doação adequada de uma realidade particular da coisa, que regula o progresso da intuição da coisa”⁵ (BREUER, 2020, p. 332, tradução nossa).

Há uma dinâmica teleológica⁶ e temporal pressuposta no desenvolvimento intencional dos vividos de consciência, por meio da qual é possível assimilar que a intuição exerce a função cognitiva de apreensão gradual das objetualidades. Trata-se aqui de um projeto filosófico reconhecidamente transcendental, ou seja, que parte do pressuposto constitutivo da integralidade teleológica da “vida cognoscitiva” (HUSSERL, 2012, § 26, p. 79). O movimento intencional é composto por diferentes “fases intuitivas”, relacionadas à duração temporal dos vividos, (HUSSERL, 1994, p. 54) da apresentação (percepção simples) à presentificação (recordação,

⁴ Zilles (2007, p. 217) explicitou objetivamente o projeto geral husserliano de articulação dessas nuances experienciais e em que medida o nível da empiria, apesar de suas ressalvas, mantém-se como relevante na filosofia transcendental de Husserl: “As *noeses* empíricas são passivas, porque visam uma significação preexistente; a *noese* transcendental é ativa, porque constitui as próprias significações ideais”. O nível experiencial dos correlatos “noemáticos” é da ordem da “esfera superior de consciência” e pode ser efetivado por diferentes “momentos objetivos” e as variáveis modificações da atualidade dos objetos (HUSSERL, 2006, § 92, p. 212).

⁵ “En su reformulación crítica de la cosa en sí kantiana, Husserl la concibe como el ideal de la dación adecuada de una realidad particular de la cosa, que regula el progreso de intuición de la misma” (BREUER, 2020, p. 332).

⁶ É preciso contextualizar o sentido próprio do uso husserliano do conceito de teleologia, empregado de modo mais específico do que aquele que faz referência unicamente ao desenvolvimento histórico ou biológico. Em Husserl (2012, p. 248) há a definição geral de que a teleologia é relacionada ao “sentido imanente da história”, ao mesmo tempo em que “esta teleologia vigora em toda a atividade e propósito egoicos, que a razão, por autocompreensão, pode em tudo reconhecer o *telos* apodítico, e que este reconhecer da autocompreensão última não tem nenhuma outra figura além da autocompreensão segundo princípios *a priori*, como autocompreensão na forma da filosofia” (2012, § 73, p. 219).

imaginação, etc.). Essa dinâmica pressupõe a conversão das “intuições empíricas” em “visões de essência” ou “idealidades”. (HUSSERL, 2006, § 3, p. 35).

Em nível transcendental, as “coisas mesmas”⁷, ou o que Bergson chamou de “absoluto”⁸ e que veremos a seguir, não se refere apenas à “unidade do real”, no sentido de algo “dado” em percepção, como também a algo “a ser dado” nos fluxos intuitivos indivisos e, desse modo, “[...] aquilo que se apresenta ao olhar intuente está absolutamente ali com suas qualidades, sua intensidade etc.” (HUSSERL, 2006, § 44, p. 105). Sob essa perspectiva, a integralidade da “vida cognoscitiva” é mediada pelas dinâmicas intuitivas e é indissociável das múltiplas objetividades, atreladas à evidenciação apodítica do *ego* transcendental, denominadas fenomenologicamente de “coisas mesmas”. As “coisas mesmas” fazem referência às objetualidades, ao mesmo tempo em que equivalem à unidade intuitiva “imaneente” das experiências de consciência.

2 BERGSON E A INTEGRALIDADE DA EXPERIÊNCIA: OS “ESTADOS DO EU” E A EXPERIÊNCIA DO ABSOLUTO

Assim como em Husserl, Bergson partiu do pressuposto da irreducibilidade da consciência ao nível da organicidade do corpo, pontuando que cérebro e consciência estão em uma constante relação de “interdependência”, mas que “A consciência é distinta do organismo que ela anima, ainda que sofra algumas de suas vicissitudes” (BERGSON, 2005, p. 292). O antinaturalismo bergsoniano foi articulado com base em um novo perceber da realidade natural, por meio do qual a filosofia adquiriria um caráter espiritualista, realizável, principalmente, em nível da “vida interior”. A justificativa para essa atualização filosófica da percepção do mundo parte da premissa de que “[...] especulando sobre a natureza do real, ainda o olhamos do modo pelo qual nosso interesse prático nos pedia para olhá-lo, tornamo-nos incapazes de ver a evolução verdadeira, o devir radical” (BERGSON, 2005, p. 296).

A noção filosófica de intuição foi significativa também para o espiritualismo de Bergson. Especialmente nas suas análises das diferentes intensidades das sensações, ou dos “estados do eu” que constituem a “vida interior”, empreendida em “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência”. Nesse contexto, encontramos menções à dimensão da duração temporal desses estados do eu, definidos por Bergson (1988, p. 13) não com base em um *ego* transcendental, mas sob o pressuposto de fatos psíquicos “mensuráveis”. A intensidade das sensações poderia ser medida com base em variações de graus experienciais, que mediarão a imersão do sujeito nos níveis das contradições do ser e do nada, do real e do irreal e da presença e da ausência.

A noção de temporalidade em Bergson é pensada sob duas nuances filosóficas distintas. A primeira está relacionada com a duração da História, relativa aos acontecimentos situados nas dinâmicas objetivas do passado, presente e futuro. A segunda diz respeito à duração existencial

⁷ Expressão clássica da fenomenologia, utilizada por Husserl (2006, § 18, p. 61) para definir a apreensão intencional dos fenômenos na sua “doação originária”, por meio da superação de todos os seus preconceitos relacionados.

⁸ O conceito de absoluto é utilizado por Bergson (1999, p. 63) para fazer referência às representações das quais não percebemos, no fluxo da duração experiencial subjetivo, nem suas “origens”, nem suas “destinações”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

subjetiva, na qual “[...] não é mais esse tempo matemático que ainda se aplicaria com a mesma propriedade ao longo da história inteira do mundo material ainda que esta se esparramasse de um só golpe no espaço” (BERGSON, 2005, p. 10). Esta última modalidade de temporalidade é o tempo tal como vivido pelo sujeito, articulado com o “devir absoluto”, por meio de sua individualidade corpórea, e é neste nível que Bergson (2005, p. 10) situa a problemática da experiência do absoluto⁹. Nós acessamos intuitivamente a “história interior” das coisas na medida em que,

O olhar que lançamos ao nosso redor, de momento a momento, só percebe portanto os efeitos de uma infinidade de repetições e evoluções interiores, efeitos por isso mesmo descontínuos, e cuja continuidade é restabelecida pelos movimentos relativos que atribuímos a “objetos” no espaço (BERGSON, 1999, p. 245).

Bergson (1988, p. 58) utilizou a expressão “intuição simples”, a mesma nomenclatura técnica kantiana e husserliana, que Bergson vinculou ao conceito de “espírito” e que foi introduzida sob o contexto da relação experiencial de unidade pressuposta entre os níveis da multiplicidade e do uno. A intuição simples do espírito seria a capacidade intelectual que possibilitaria a relação de semelhança e de unidade entre as partes de uma multiplicidade. Como exemplo, “[...] diremos que a ideia de número indica a intuição simples de uma multiplicidade de partes e de unidades, absolutamente parecidas umas com as outras”.

A intuição simples seria o meio pelo qual podemos acessar a multiplicidade objetiva como uma “representação simultânea”. Essas representações pressupõem duração temporal e justaposição espacial (BERGSON, 1988, p. 58-59). Bergson propôs uma vinculação imediata entre intuição e a experiência da temporalidade, sob a condição da heterogeneidade, em oposição à homogeneidade ou uniformidade do espaço. Sob essa distinção conceitual, é apenas intuitivamente que podemos assimilar individualmente a duração temporal e a sua continuidade constituída por momentos “divisíveis”. Em outros termos, essa dinâmica equivale a um “ato indiviso que sua consciência apreende no movimento que você mesmo executa”¹⁰ (LAWLOR, 2022, tradução nossa).

Assim como Husserl, Bergson (2005, p. 223) não considerava que Kant tivesse solucionado as lacunas deixadas pelo racionalismo e pelo empirismo, ao pontuar que os limites da inteligibilidade dependem do que apreendemos por meio das “formas de nossa faculdade de perceber”. O espaço seria uma dessas formas “já prontas”. Em Husserl e Bergson as condições *a priori* da experiência transcendental foram colocadas em questão, e não assimiladas acriticamente. As dinâmicas intuitivas da experiência foram analisadas em seus diferentes modos de composição subjetiva do real, que é capaz de apreender a objetividade, seja em nível das “coisas mesmas” ou do “absoluto”.

⁹ Sobre a nossa experiência do absoluto, Bergson (1999, p. 217) considerou que “No absoluto somos, circulamos e vivemos. o conhecimento que dele temos é incompleto, sem dúvida, mas não exterior ou relativo. É o próprio ser, em suas profundezas, que atingimos pelo desenvolvimento combinado e progressivo da ciência e da filosofia”. No espiritualismo, o absoluto é atribuído à “unidade verdadeira, interior e viva” do entendimento.

¹⁰ “[...] undivided act that your consciousness grasps in the movement that you yourself execute”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

A intuição é, em Bergson (1988, p. 71), uma faculdade do espírito de fazer abstrações da ordem da exterioridade, isto é, espacial e temporal, em âmbito diverso das experiências sensíveis, no sentido de que “[...] a faculdade da abstração implica já a intuição de um meio homogêneo. O que se torna necessário é afirmar que conhecemos duas realidades de ordem diferente, uma heterogênea, a das qualidades sensíveis, a outra homogênea, que é o espaço”. Sob esses aspectos, “A intuição bergsoniana consiste, então, em entrar na coisa, em vez de contorná-la de fora. Esse ‘entrar em’, para Bergson, nos dá conhecimento absoluto”¹¹ (LAWLOR, 2022, tradução nossa).

É em nível das ações humanas que a superação do incognoscível, entendido como a negação do acesso intelectual ao absoluto, pode ocorrer, ou seja, “[...] uma inteligência voltada para a ação que irá realizar-se e para a reação que se seguirá, que apalpa seu objeto para receber, a todo instante, sua impressão móvel, e uma inteligência que toca algo do absoluto” (BERGSON, 2005, p. 12). As experiências dos objetos que compõem a materialidade do mundo físico e orgânico pressupõem que as suas impressões sensitivas obtenham certos aspectos determinados de sua composição.

Essa dinâmica experiencial pode ser entendida como um movimento de externalização da consciência efetivada por meio da espacialidade e da temporalidade¹² como fenômenos perceptivos associados.¹³ No entanto, diferentemente da posição intrínseca à física de Einstein, no espiritualismo de Bergson (1988, p. 72) a relação entre espaço e tempo é menos restrita, na medida em que haveria

[...] duas concepções possíveis da duração, uma pura de toda mistura, a outra em que, sub-repticiamente, intervém a ideia de espaço. A duração totalmente pura é a forma que a sucessão dos nossos estados de consciência adquire quando o nosso eu se deixa viver, quando não estabelece uma separação entre o estado presente e os anteriores”.

¹¹ “Bergsonian intuition then consists in entering into the thing, rather than going around it from the outside. This “entering into,” for Bergson, gives us absolute knowledge”. (LAWLOR, 2022).

¹² Bergson elaborou uma teoria da temporalidade semelhante à análise husserliana, embora não tão sistemática, da noção de duração temporal. Para fazer referência ao tempo vivido pela consciência, Bergson (1988, p. 72-73) utilizou também o exemplo da melodia musical e da constituição simbiótica entre os seus “estados presentes e anteriores”. Tal como propôs Husserl, a constituição sensitiva da duração de uma melodia não implica a supressão dos estados anteriores para que os estados presentes prevaleçam. O que há é uma dinâmica de “justaposição” entre eles, de maneira que “Não se poderia dizer que, se as notas se sucedem, apesar de tudo, as percebemos umas nas outras, e que o seu conjunto é comparável a um ser vivo, cujas partes, se bem que distintas, se penetram exatamente pelo próprio efeito da sua solidariedade”? A sensação de uma melodia é o exemplo perfeito de como a experiência do tempo é constituída pela íntima relação entre sucessão, simultaneidade e a representação do espaço.

¹³ É interessante considerar que a teoria bergsoniana do tempo alcançou um certo renome em seu contexto contemporâneo de formulação. A interação entre Bergson e Einstein chegou a ocorrer no Collège de France e o debate teve como objeto a questão da temporalidade. As proposições de Bergson sobre o conceito de tempo foram consideradas como uma abordagem unicamente “filosófica” e foi contrastada com a consagrada definição física einsteiniana da espaço-temporalidade. O ponto geral da discussão entre ambos pode ser compreendido pela afirmação de Canales (2015, p. 4) de que “Bergson mostrou que a relatividade ‘pertence à epistemologia’ e não à física”. Apesar de frisar a experiência subjetiva do tempo, aspecto rejeitado por Einstein, Bergson (1988, p. 71-72) assinalou uma possível associação experiencial dos conceitos de espaço e tempo, ao considerar que “[...] não se podem admitir definitivamente duas formas de homogêneo, tempo e espaço, sem antes investigar se uma delas não seria redutível à outra”. Para Bergson (1988, p. 72), o tempo seria como que o “fantasma do espaço assediando a consciência reflexa”. Outra dissonância entre as abordagens da temporalidade de Bergson e Einstein é a de que para Bergson o problema do tempo não era uma questão puramente científica.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

Em “Matéria e memória”, Bergson (1999, p. 1) foi enfático na rejeição da posição representacionalista do conhecimento, aos moldes kantianos, pontuando que “[...] é falso reduzir a matéria à representação que temos dela, falso também fazer da matéria algo que produziria em nós representações mas que seria de uma natureza diferente delas”. Há um aspecto nessa posição que soa como um argumento kantiano, no sentido de que a intuição viabiliza as experiências imediatas, mas essas experiências não são meras representações da externalidade, o que o aproxima da posição antirrepresentacionalista de Husserl.

A crítica bergsoniana à abordagem kantiana das representações é desenvolvida por meio de sua teoria da imagem. A noção de imagem é a alternativa para a superação da teoria do conhecimento representacionalista e é mediadora cognitiva tanto da percepção e da matéria, quanto da intuição e da memória. A memória pode ser compreendida como uma extensão da percepção e, por isso, ela é associada às dinâmicas intuitivas. Apesar de haver um ponto comum com a problemática fenomenológica da ampliação da intuição, em Bergson (1999, p. 69), a intuição é muito mais memória do que vínculo imediato viabilizado pela percepção pura, ou seja, “perceber acaba não sendo mais do que uma ocasião de lembrar”. Seria

[...] incontestável que o fundo de intuição real, e por assim dizer instantâneo, sobre o qual se desenvolve nossa percepção do mundo exterior é pouca coisa em comparação com tudo o que nossa memória nele acrescenta. (BERGSON, 1999, p. 69).

A imagem articulada por Bergson (1999, p. 2) não é nem de orientação idealista, nem realista, sendo em verdade, “uma existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’”. Assim como Husserl, Bergson pretendeu resguardar a análise da experiência vivida de certas articulações metafísicas¹⁴, e é exatamente nesse sentido que a intuição se mostra como um componente conceitual incontornável.

Por que recorrer a uma hipótese metafísica, por engenhosa que seja, sobre a natureza do espaço, do tempo e do movimento, quando a intuição imediata nos mostra o movimento na duração, e a duração fora do espaço? (BERGSON, 1988, p. 81).

¹⁴ Para Bergson (1999, p. 71), as razões pelas quais se considera o problema da experiência a partir de uma abordagem metafísica diz respeito à errônea abordagem da questão da memória. O ponto é considerar que o “erro, que se exprime em psicologia por uma incapacidade radical de explicar o mecanismo da memória, irá impregnar profundamente, em metafísica, as concepções idealista e realista da matéria”. Husserl (2006, p. 128), ao seu modo, também assinalou o distanciamento de suas proposições acerca da constituição dos vividos das “construções metafísicas”. Com isso, ele pretendia igualmente refutar possíveis acusações de que a fenomenologia reeditaria versões do “idealismo subjetivo”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

Mesmo que Bergson não tenha tematizado o problema da intencionalidade e da subjetividade transcendental, sob esses termos, entendida como o vínculo fenomenológico entre *cogito* e *cogitatum*, a intuição espiritualista possui a conotação de uma “apreensão interna” (LAWLOR, 2022). A apreensão intuitiva do mundo implica uma relação “simbiótica” entre consciência e matéria, de modo que “É apenas ao olharmos a consciência correndo através da matéria, nela se perdendo e reencontrando, se dividindo e reconstituindo, que formaremos uma ideia da oposição dos dois termos entre si, como também, talvez, de sua origem comum” (BERGSON, 2005, p. 194).

A vida¹⁵ interna intuitiva é um componente elementar da evolução da vida orgânica, na medida em que “[...] é para o interior mesmo da vida que nos conduziria a *intuição*, isto é, o instinto tornado desinteressado, consciente de si mesmo, capaz de refletir sobre seu objeto, e de ampliá-lo indefinidamente” (BERGSON, 2005, p. 191). A ampla temática da evolução orgânica, no interior da qual a intuição é caracterizada, é pensada por Bergson sob uma orientação antinaturalista que se desdobrou em uma filosofia da vida. É nesse horizonte que a sua análise da existência intelectual, em nível tanto da espécie quanto do indivíduo, é contextualizada pela conhecida crítica ao mecanicismo e ao finalismo. O primeiro refere-se ao pressuposto de que a natureza é determinada e o segundo, em sua vertente “radical”, à defesa de que as predeterminações naturais são correspondentes a propósitos ou “finalidades” de ordem orgânica ou teleológica.

A noção de absoluto empregada no espiritualismo de Bergson fará referência a um tipo de finalismo, mas não este de orientação reducionista. Há um “devir radical” que compõe o fluxo vital e que é relativo à vida intuitiva e à sua duração temporal própria. A intuição é, não apenas caracterizada como uma capacidade intelectual e como uma das atividades intrínsecas à consciência, como Bergson pontuou a sua principal finalidade evolutiva: “[...] se a consciência cindiu-se assim em intuição e inteligência, foi pela necessidade de se aplicar à matéria e ao mesmo tempo seguir a corrente da vida” (BERGSON, 2005, p. 193). Nesses aspectos específicos, encontramos a principal divergência com a perspectiva husserliana acerca do papel da intuição na composição das experiências de consciência.

Enquanto Husserl não apresentou uma distinção acentuada entre as faculdades da intuição e da inteligência, propondo uma restrita vinculação entre elas, Bergson pressupôs que ambas possuem especificidades inconfundíveis. A intuição não seria, nem mesmo, a principal atividade cognitiva da consciência, sendo esta a inteligência. Sob essas condições,

Intuição e inteligência representam duas direções opostas do trabalho consciente: a intuição caminha no próprio sentido da vida, a inteligência vai em sentido inverso, e se encontra assim muito naturalmente regrada pelo movimento da matéria (BERGSON, 2005, p. 289).

A confusão entre as suas instâncias poderia resultar em equívocos no âmbito da teoria do conhecimento, a qual “por não ter estabelecido uma distinção suficientemente nítida entre a

¹⁵ É interessante pontuar a definição bergsoniana de “vida”. Em *A evolução criadora*, Bergson (2005, p. 197) definiu este conceito como “a consciência lançada através da matéria”. É nesses termos que devemos assimilar a análise bergsoniana da “vida interna”, na medida em que é por meio da intuição, e não da inteligência, que a “vida e a consciência permanecem interiores a si mesmas” (2005, p. 197).

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

intuição e a inteligência, se engaja em inextricáveis dificuldades, criando fantasmas de ideias nos quais irão se engastar fantasmas de problemas” (BERGSON, 2005, p. 193).

A inteligência relaciona-se com o nível das experiências físico-materiais e das suas dinâmicas de causa e efeito, ou seja, do âmbito dos fenômenos determinados. A intuição, por sua vez, seria a capacidade intelectual¹⁶ pressuposta nas articulações humanas filosóficas e criativas. Como em Husserl, Bergson (2007, p. 88) considerou que a intuição pressupõe um modo de “retorno a si”, que fundamenta as experiências de mundo. Em nível filosófico, a intuição é até mesmo indispensável à dialética como consolidação conceitual do pensamento, de modo que, “Não há sistema duradouro que não seja, em pelo menos algumas de suas partes, vivificado pela intuição” (BERGSON, 2005, p. 259).

A intuição relaciona-se com as “expressões conceituais e simbólicas”, ao mesmo tempo em que os “[...] retornos à intuição primária constituem os zigue-zagues¹⁷ de uma doutrina que se ‘desenvolve’, isto é, que se perde, se reencontra e se corrige incessantemente”¹⁸ (BERGSON, 2007, p. 88, tradução nossa). Em *A evolução criadora*, Bergson (2005, p. 259) cogitou possíveis implicações de uma extensão temporal da intuição, de modo que ela pudesse acompanhar todo o fluxo experiencial, isto é, “A intuição, caso pudesse prolongar-se para além de alguns instantes, não asseguraria apenas o acordo do filósofo com seu próprio pensamento, mas ainda o de todos os filósofos entre si”.

Apesar dessa posição de centralidade para a filosofia, a intuição bergsoniana não é o aspecto evolutivo primordial da consciência, sendo este apenas a inteligência. Essa “constatação” de Bergson foi obtida por meio da análise da evolução da consciência, ou do seu “movimento vital”, aspecto não diretamente tematizado por Husserl. A inteligência equivale ao nível intelectual que “adaptaria” a consciência à matéria (BERGSON, 2005, p. 290). Em nível das contingências biológicas da evolução das espécies, a inteligência prevaleceu em contraste com a intuição.

Como consequência dessa predominância, a intuição estabeleceu-se como um tipo de intelecção episódica, ao mesmo tempo em que ela pode aprimorar a inteligência, no sentido de que “Dessas intuições desvanecentes e que se iluminam seu objeto de longe em longe, a filosofia

¹⁶ Outro aspecto que aproxima Bergson do uso fenomenológico do conceito de intuição é a definição de que a intuição é uma capacidade intelectual que viabilizaria até mesmo a revisão progressiva da experiência de análise filosófica do mundo: “Não é óbvio que o primeiro passo que o filósofo dá, quando seu pensamento ainda está vacilante e não há nada definido em sua doutrina, é rejeitar certas coisas definitivamente? Mais tarde, ele poderá fazer mudanças no que afirma; variará apenas ligeiramente o que nega. E se variar em suas afirmações, será ainda em virtude do poder de negação imanente à intuição ou à sua imagem” (BERGSON, 2007, p. 88, tradução nossa). “Is it not obvious that the first step the philosopher takes, when his thought is still faltering and there is nothing definite in his doctrine, is to reject certain things definitively? Later he will be able to make changes in what he affirms; he will vary only slightly what he denies. And if he varies in his affirmations, it will still be in virtue of the power of negation immanent in intuition or in its image”.

¹⁷ É interessante pontuar que Husserl (2012, § 9, p. 46) empregou essa mesma expressão, também em um sentido filosófico próximo ao bergsoniano. A expressão “zigzag” (*Zickzack*) ilustra o movimento fenomenológico da constituição intencional dos “dados originários” às “coisas mesmas”. Há uma “circularidade” experiencial, de modo que “A compreensão do início só pode ser alcançada por inteiro a partir da ciência dada na sua figura hodierna, no olhar retrospectivo para o seu desenvolvimento. Mas, sem uma compreensão do início, este desenvolvimento, como desenvolvimento do sentido, é mudo. Não nos resta senão o seguinte: temos de avançar e retroceder em “zigzag”; num jogo recíproco, um tem de ajudar o outro. Uma clareza relativa de um lado traz alguma elucidação do outro, o qual, por seu turno, se reflete de novo sobre o lado contrário”.

¹⁸ “[...] returns to the primary intuition are constituted the zigzaggings of a doctrine which “develops,” that is to say which loses itself, finds itself again, and endlessly corrects itself”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

deve apoderar-se, primeiro para sustentá-las, depois para dilatá-las e acoplá-las assim umas as outras” (BERGSON, 2005, p. 290). A capacidade intuitiva que aprimoraria a inteligência é definida por Bergson como o próprio “espírito”, esfera da “vida mental” em que a intuição adquire primazia.

A experiência do absoluto só pode ser concebida em nível de uma abordagem antinaturalista, e não metafísica, na medida em que ele não está subordinado às dinâmicas orgânicas deterministas, mas sim ao tempo que é vivido pelo sujeito. Nesse sentido, poderíamos pensar que Bergson articula o absoluto sob a orientação da “integralidade” dos atos intuitivos. De modo contrário à análise husserliana da intuição, em Bergson, a relação experiencial entre o absoluto e a intuição seria “indireta”, de maneira que

[...] a intuição nunca nos dá conhecimento absoluto da totalidade da duração, de todas as partes componentes da duração. O todo nunca é dado em uma intuição; apenas uma parte contraída é dada. No entanto, essa experiência é integral, no sentido de integrar uma infinidade de durações. E assim, embora não possamos conhecer todas as durações, cada uma delas que passa a existir deve estar relacionada, como uma parte, às outras. A duração é aquilo com que tudo está relacionado e, nesse sentido, é absoluta¹⁹ (LAWLOR, 2022, tradução nossa).

A duração temporal articulada em nível das experiências subjetivas é fundamentada pelo postulado de que memória e percepção são indissociáveis nos fluxos de consciência e são sintetizadas por uma “intuição única”. (BERGSON, 1999, p. 77). É nesse sentido que a noção bergsoniana de absoluto pode ser associada à “continuidade indivisa” e à integralidade das experiências subjetivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de as especificidades conceituais da fenomenologia e do espiritualismo de Bergson serem evidentes, podemos considerar algumas analogias teóricas pontuais em suas proposições. Além de a intuição ser um componente terminológico elementar de suas filosofias, ela não é apenas o “elo” entre consciência e mundo, mas é caracterizada com base em diferentes estratos constitutivos ou níveis de intensidade intrínsecos à subjetividade experienciante. O sujeito que

¹⁹ “[...] intuition never gives us absolute knowledge of the whole of the duration, all the component parts of the duration. The whole is never given in an intuition; only a contracted part is given. Nevertheless, this experience is an integral one, in the sense of integrating an infinity of durations. And thus, even though we cannot know all durations, every single one that comes into existence must be related, as a part, to the others. The duration is that to which everything is related and in this sense it is absolute”.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

experiência o mundo é, em ambos os autores, situado em uma relação simbiótica com a “externalidade”. Essa relação é mediada pela intuição.

Na fenomenologia e no espiritualismo, há o mesmo postulado de que a teoria do conhecimento só pode ser articulada filosoficamente sob o horizonte das experiências intuitivas. Podemos reconhecer em ambos os autores a visão contrária à definição de filosofia como um sistema completo e acabado, pois que o pensamento filosófico só pode ser articulado intuitivamente. A intuição seria o recurso intelectual capaz de “corrigir” os excessos indutivistas dos empirismos modernos, caracterizando a legítima experiência filosófica. Ambos os autores propuseram não apenas a ruptura com a visão kantiana do conhecimento como representação, como também sugeriram que a análise filosófica do conhecimento implica a sua contextualização no mundo cotidiano da vida.

Em Husserl a intuição viabiliza a “presentificação do perceber”, na medida em que os dados originários percebidos intuitivamente são posteriormente recuperados por uma dinâmica de modificação que embasa novas modalidades intencionais, como a recordação e a imaginação. Em Bergson, há o mesmo reconhecimento de uma experiência consciente que se desdobra em passado, presente e futuro e que é constituída por intuições “anteriores” e “atuais”. É nesse contexto que podemos compreender os modos constitutivos com os quais a intuição é a extensão da percepção e da memória. A intuição é o componente intelectual que integraliza, por meio de uma “continuidade indivisa”, todas as experiências e que viabiliza a apreensão cognitiva das “coisas mesmas” ou do “absoluto”.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **The Creative Mind**: An Introduction to Metaphysics. Translated by Mabelle L. Andison. New York: Dover Publications, Inc., 2007.

BREUER, Irene. La actualidad de la distinción entre fenómeno y cosa en sí para la fenomenología – Los diferentes significados de la cosa en sí en Kant y Husserl. **Revista de Estudios Kantianos**. Vol. 5, Núm. 1 (2020): 331-365. Disponível em: <<https://turia.uv.es//index.php/REK/article/view/13941>> Acesso em 31 de abr. de 2023.

CANALES, Jimena. **The physicist and the philosopher**: Einstein, Bergson, and the debate that changed our understanding of time. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

A continuidade indivisa da experiência: o papel da intuição nas filosofias de Husserl e Bergson

LINDENMEYER, Luciane Luisa

HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**: uma introdução à filosofia fenomenológica. De acordo com a Husserliana VI. Trad. Diogo Falcão Ferrer. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, Edmund. **A ideia de Fenomenologia**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**: prolegômenos à lógica pura. Volume I. Trad. Diogo Ferrer. 1 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

HUSSERL, Edmund. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. Trad. Pedro S. M. Alves. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas e Conferências de Paris**. De acordo com o texto da Husserliana I. Trad. Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Fernando Costa Mattos. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

LAWLOR, Leonard and Valentine Moulard-Leonard. "Henri Bergson", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2022 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.). Available in: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/bergson/>>. Access 4th aug. 2025.

STEIN, Ernildo. **A caminho do paradigma hermenêutico**: ensaios e conferências. 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2017.

TOURINHO, Carlos Diógenes C. Sobre a relação entre o espiritualismo de Bergson e a fenomenologia de Husserl nas origens da filosofia contemporânea. **Dissertatio**. Volume Suplementar 4, Dezembro, 2016 , p. 156-171.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica** – XIII(2): jul-dez, 2007, 216-221. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S180968672007000200005> Acesso em 15 jun. 2024.